

MANIFESTO DA REUNIÃO FRONTEIRIÇA ACRE- PERU

A Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável de Fronteira (CTDS), o Grupo Regional de Monitorio de Megaprojectos de Ucayali (GRMMU) e o Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça (GTT) da Serra do Divisor e Alto Juruá - Brasil/Peru (GTT), reunidos para o intercâmbio de experiências sobre o projeto IIRSA-Centro, na cidade de Rio Branco, Acre, Brasil, nos dias 09 e 10 de setembro, vêm se manifestar frente ao acontecimento do último dia 01 de setembro, quando foram assassinadas quatro lideranças (Edwin Chota Valera, Leoncio Quinticima Melendez, Jorge Rios Perez e Francisco Pinedo) da Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto, do povo Ashaninka, localizado no Distrito de Masisea, Região de Ucayali. O grupo se deslocava pela floresta em direção à aldeia Apiwtxa da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, localizada em território brasileiro. A comitiva participaria de uma reunião com as lideranças ashaninka brasileiras para discussão de estratégias de continuidade de ações de vigilância e fiscalização da fronteira, impedindo assim a ação de madeireiras, que exploram ilegalmente a região e a ação crescente de narcotraficantes.

Um conjunto de articulações, entendimentos, reuniões e informações produzidas e sistematizadas nos últimos 10 anos serve para contextualizar o fato ocorrido:

- Desde 1999, a comunidade Apiwtxa, do povo Ashaninka, no Brasil, vem alertando aos vários órgãos dos governos federal e estadual sobre a extração de madeira ilegal feita por empresas peruanas ao longo da faixa de fronteira e, inclusive, em território brasileiro, e sobre as graves consequências ambientais, sociais e culturais dessa atividade sobre as populações e territórios indígenas, especialmente, a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e o Parque Nacional da Serra do Divisor. A comunidade vem exigindo que os órgãos do Estado cumpram suas atribuições institucionais e a legislação, visando à vigilância dos limites dessa terra indígena e à garantia da soberania nacional no limite fronteiro Brasil-Peru.

- Desde o ano 2002, a comunidade Saweto apelou às leis peruanas e internacionais para liderar um processo de demarcação e titulação do seu território ancestral. Porém, a falta de vontade política as mudanças de atribuições institucionais nas entidades responsáveis da titulação dos territórios indígenas no Peru e os altos custos que implica para a comunidade contratar os serviços de demarcação têm atrasado o processo de titulação da comunidade. .

- Desde abril de 2005, encontros promovidos pelo Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT) tanto no estado do Acre, como na região de Ucayali, têm servido como instâncias de intercâmbio e interlocução sobre a problemática da fronteira e as experiências de vida dos povos que ali vivem. Nos diversos encontros procurou-se avaliar os programas oficiais de desenvolvimento e de “integração” em curso e planejados nessa região, bem como a dinâmica das concessões florestais, realizadas pelo governo peruano, e suas desastrosas consequências socioambientais em territórios indígenas e unidades de conservação em ambos os lados da fronteira.

- As organizações indígenas de ambos os países têm iniciado uma articulação para a discussão de seus problemas comuns e para a troca de experiências sobre as iniciativas bem sucedidas de gestão territorial, as estratégias para a proteção de seus territórios, e as políticas públicas que os têm afetado. Visitas têm ocorrido como desdobramento dessa articulação. Lideranças Ashaninka peruanas têm visitado a comunidade Apiwtxa, na Terra

Indígena Kampa do Rio Amônia, à Escola Yorenka Ætame, e os encontros realizados pelo GTT.

- Ações de proteção da fronteira foram realizadas pelas comunidades Apiwtxa e Alto Tamaya-Saweto. Em setembro de 2011, elas mobilizaram o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Polícia Federal, para uma ação de fiscalização, denominada Operação Açai, que apurou a extração ilegal de madeira na fronteira brasileira, intimidando os ilícitos na região.

- No dia 6 de junho de 2013, a comunidade Alto Tamaya-Saweto entrou em contato com a CPI-Acre para solicitar um mapa e um registro de publicações acerca das invasões madeireiras naquela região. A CPI-Acre elaborou um mapa com informações georreferenciadas sobre as invasões mencionadas utilizando informações recompiladas desde 2003 pelo IBAMA, Associação Apiwtxa, Comunidade Nativa Alto Tamaya – Saweto, Universidade de Richmond, CPI-Acre, Instituto del Bien Común (IBC) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (SEMA). Além disso, produziu-se um histórico de publicações brasileiras, peruanas e internacionais acerca dos problemas na área de fronteira. No dia 10 de junho de 2013, a liderança de Saweto utilizou estes produtos em uma reunião com o Ministério de Relações Exteriores do Peru, para falar sobre a importância da titulação do seu território para a proteção socioambiental da fronteira Acre - Ucayali.

- Em 10 de dezembro de 2012, durante a reunião da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável (CTDS), o representante da Apiwtxa informou sobre a entrada descontrolada de imigrantes peruanos em Marechal Thaumaturgo, junto com o tráfico de madeiras e o narcotráfico. A CTDS é um espaço institucionalizado de debate entre sociedade civil e governo, para o intercâmbio de informações sobre temas fronteiriços e trabalhos de coordenação, vinculado ao Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Acre (NEDIFAC), instituído pelo decreto Nº 4.930 de 05 de dezembro de 2012,

- Apesar dos esforços de fiscalização e proteção dos recursos naturais e dos territórios de ambas as comunidades indígenas (Alto Tamaya-Saweto e Apiwtxa), a existência de concessões florestais no lado peruano da fronteira, e a ausência da garantia dos direitos territoriais da Comunidade Saweto, permitiram constantes invasões de madeireiros em território brasileiro e seguidas ameaças físicas às suas famílias.

- A luta de Saweto pelos direitos territoriais e pela proteção da fronteira foi levada ao cenário internacional em abril de 2013, quando a revista National Geographic publicou um artigo (“La última batalla de la caoba”) sobre a extração ilegal de madeira em Ucayali e os esforços de Saweto para proteger esta “remota” região.

Considerando que:

- O assassinato das quatro lideranças Ashaninka peruanas coloca em risco diretamente a comunidade Apiwtxa da TI Kampa do rio Amônia e demais comunidades na região de fronteira Acre-Ucayali.

- A participação e a cooperação das populações indígenas fronteiriças em ambos os países para a proteção do território e dos recursos naturais da região são importantes, mas não podem assumir as responsabilidades das operações de controle e vigilância que cabem aos governos de ambos os países.

- O processo de titulação da Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto e sua proteção socioambiental, é urgente. Esta titulação somente poder ser efetivada com o

redimensionamento dos Bosques de Produção Permanente de Ucayali concessionados em sobreposição a aquele território indígena. Esta atividade é de responsabilidade do Servicio Forestal – SERFOR, do Ministério de Agricultura y Riego del Perú, e para este objetivo é necessário o compromisso no marco das suas ações junto com o Governo Regional de Ucayali.

- As possibilidades de fiscalização e conservação da fronteira Acre-Ucayali recaem em grande parte na segurança jurídica do território da Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto. A cooperação entre Apiwtxa e Saweto revela como as políticas binacionais de proteção da fronteira devem contar com o apoio e a participação das populações indígenas que ali vivem.

Recomendamos:

- A instalação de infraestrutura e condições adequadas para garantir a fiscalização permanente da região de fronteira pelos Órgãos de Controle dos governos de Peru e Brasil;

- Fórum permanente entre as autoridades competentes do Brasil e do Peru para tratar dos assuntos relativos à luta contra atividades ilícitas e exploração ilegal dos recursos naturais;

- Estabelecimento de cooperação na área de fronteira Brasil/Peru para definição de estratégias, planos de ação e mudança nos atuais sistemas de controle territorial dos Estados;

- Estabelecimento de um sistema de monitoramento na região fronteira para promover a fiscalização integrada, de forma permanente, pelos órgãos de Controle e Segurança, levando em consideração a participação das comunidades que vivem em áreas de proteção.

- A urgente titulação da Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto;
- A efetiva punição dos mandantes e executores do bárbaro assassinato das quatro lideranças Ashaninka da comunidade Alto Tamaya-Saweto.

Rio Branco, Acre, 09 de setembro de 2014

Assinam as seguintes instituições

Peru

Instituto del Bien Comun - IBC

The Nature Conservancy Peru - TNC

Grupo de Monitoreo de Megaproyectos de Ucayali - CRMMU

Brasil

Associação Ashaninka do Rio Amonea - Apiwtxa

Associação SOS Amazônia

Comissão Pró Índio do Acre - CPI/AC

Grupo de Trabalho Transfronteiriço - GTT

Camara Técnica de Desenvolvimento Sustentável de Fronteira - CTDS